



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM ZONA DA MATA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 17/SEMAD/SUPRAM MATA-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0017041/2020-43

Parecer Único de Licenciamento Convencional nº 0170722/2020 (SIAM)

PA COPAM Nº: 12116/2005/006/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	TCIL Móveis Ltda	CNPJ:	38.542.932/0002-10
EMPREENDIMENTO:	TCIL Móveis Ltda	CNPJ:	38.542.932/0002-10
MUNICÍPIO:	Ubá	ZONA:	Expansão Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não se aplica

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-10-02-2	Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz	4	Não se aplica

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO:	
Samuel Wike Monteiro de Souza	CREA 222337/D - ART: 14201800000004957506	
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Alécio Campos Granato - Gestor Ambiental	1.365.614-5	
Márcia Aparecida Pinheiro – Gestora Ambiental	1.364.826-6	
Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão – Gestora Ambiental	1.194.217-4	
Luciano Machado de Souza Rodrigues – Gestor Ambiental	1.403.710-5	
De acordo: Letícia Augusta Faria de Oliveira Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.370.900-1	
De acordo: Wander José Torres de Azevedo Diretor Regional de Controle Processual	1.152.595-3	



Documento assinado eletronicamente por **Alecio Campos Granato, Servidor(a) Público(a)**, em 12/05/2020, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aparecida Pinheiro, Servidor(a) Público(a)**, em 12/05/2020, às 11:57, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Augusta Faria de Oliveira, Diretor(a)**, em 12/05/2020, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Machado de Souza Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 12/05/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wander Jose Torres de Azevedo, Diretor(a)**, em 12/05/2020, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão, Servidor(a) Público(a)**, em 12/05/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14217400** e o código CRC **EF1781E5**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata

0170722/2020
24/04/2020
Pág. 1 de 32

PARECER ÚNICO Nº 0170722/2020 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 12116/2005/006/2018	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: LAC1 - Renovação de LO		VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS: Outorga	PA COPAM: 90290/2018	SITUAÇÃO: Cadastro efetivado
--	--------------------------------	--

EMPREENDEDOR: TCIL Móveis Ltda		CNPJ: 38.542.932/0002-10
EMPREENDIMENTO: TCIL Móveis Ltda		CNPJ: 38.542.932/0002-10
MUNICÍPIO: Ubá		ZONA: Expansão Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS 84 LAT/Y 21°08'32,8" LONG/X 42°52'32,16"		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
BACIA FEDERAL: Rio Paraíba do Sul		BACIA ESTADUAL: Rio Pomba
UPGRH: PS2 - Região das bacias do Rio Pomba e Muriaé		SUB-BACIA: Rio Ubá
CÓDIGO: B-10-02-2	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz	CLASSE: 4
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Samuel Wike Monteiro de Souza		REGISTRO: CREA 222337/D ART: 14201800000004957506
RELATÓRIO DE VISTORIA: 040/2019		DATA: 23/05/2019

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Alécio Campos Granato – Gestor Ambiental	1.365.614-5	
Márcia Aparecida Pinheiro – Gestora Ambiental	1.364.826-6	
Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão – Gestora Ambiental	1.194.217-4	
Luciano Machado de Souza Rodrigues – Gestor Ambiental	1.403.710-5	
De acordo: Letícia Augusta Faria de Oliveira Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.370.900-1	
De acordo: Wander José Torres de Azevedo Diretor Regional de Controle Processual	1.152.595-3	



1. Introdução

O empreendimento em análise desenvolve a atividade de fabricação de móveis de madeira e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz e está localizado na Rodovia Ubá/Guidoval, MGT 120 Km 5,5 no município de Ubá – MG, nas seguintes coordenadas geográficas: Lat. 21°08'32,8 S e Long. 42°52'32,16" O.

A empresa obteve as seguintes licenças:

- ✓ Licença Prévia – LP Nº 0392 ZM emitida em 21/12/2009;
- ✓ Licença de Instalação – LI Nº 0454 ZM emitida em 27/09/2010;
- ✓ Licença de Operação - LO Nº 0701 ZM emitida em 22/04/2013.

Com base na Deliberação Normativa COPAM Nº 217/2017, a atividade desenvolvida, atualmente, no empreendimento está enquadrada no código B-10-02-2 (*Fabricação de móveis de madeira e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz*).

A empresa possui porte grande e potencial poluidor/degradador geral médio, classificando-se, conforme Deliberação Normativa Copam nº 217/2017, como empreendimento de classe 4.

Trata-se de pedido de LAC1-Renovação de LO, o qual seguiu o seguinte tramite:

Em 20/12/2018 foi formalizado o processo contendo a documentação exigida no Formulário de Orientação Básica (FOB).

Em 23/05/2019 foi realizada vistoria ao empreendimento para fins de subsidiar este Parecer Único.

Em 05/07/2019 foi recebido pelo representante do empreendimento o pedido de informações complementares.

Em 30/10/2019 o empreendedor protocolou documento com as informações para dar continuidade à análise do processo.

Em 10/02/2020 foi solicitado esclarecimentos sobre a ocupação de parte do empreendimento na área da Matrícula Nº 28.146.

Em 14/02/2020 foi protocolado documento constando anuência do proprietário autorizando a ocupação de parte do imóvel pela TCIL Móveis.

2. Caracterização do empreendimento

Trata-se de um empreendimento de grande porte do setor de móveis de madeira, o qual tem como parâmetro para classificação do porte o consumo/ano de madeira e/ou painéis; na unidade de m³. Foi informado, fls: 11 dos autos, que o consumo/ano de madeira e/ou painéis é de 50.000 m³.



Conforme levantamento topográfico, figura 02, quase que a totalidade da área útil do empreendimento está instalada na Matrícula Nº 19.403, ficando a guarita e parte da via de acesso na área referente à Matrícula Nº 28.146. Consta no Registro de Imóvel referente à Matrícula Nº 19.403, fls: 23 dos autos, que o imóvel foi cancelado como imóvel rural desde março de 1998 passando a ocupar zona de expansão urbana conforme consta no registro de imóvel, fls:26 dos autos. Já o imóvel referente à Matrícula Nº 28.146 está localizado em zona rural, conforme descrito no Registro de Imóvel presente nos autos.



Figura 01: Localização do empreendimento TCIL Móveis Ltda. Fonte: Google Earth Pro.

De acordo com o RADA, o regime de operação do empreendimento é de um turno com um total de horas/dia de trabalho de 8h:48min, durante 22 dias/mês.

O processo industrial segue uma linha de produção com as seguintes etapas: recebimento de matéria prima e insumos, corte, usinagem, pintura, embalagem, estoque e expedição.

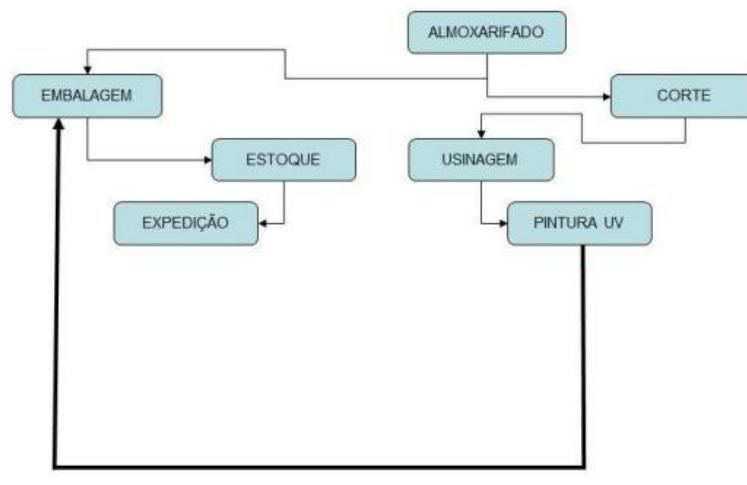


Figura 02: Fluxograma do processo produtivo. Fonte: RADA

As matérias primas utilizadas na produção dos móveis são chapas de aglomerado (MDP) e chapas de MDF. Os insumos são primer, cola, plástico, abrasivos (lixas), verniz, tinta, caixas de papelão e metais (trilhos, roldanas, corrediças e cabideiros).

O depósito de produtos químicos, de uso geral na fabricação de móveis, possui bacia de contenção, piso impermeabilizado e cobertura.

A energia elétrica utilizada no desenvolvimento das atividades do empreendimento é fornecida pela Energisa Distribuidora de Energia S/A.

A água utilizada no empreendimento é proveniente de poço.

Consta nos autos, fls: 187, cópia do Protocolo de Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico – Nº 047/2012.

3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

Toda água utilizada no empreendimento é proveniente de um poço manual (cisterna), o qual possui Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico Nº 90290/2018, Processo Nº 224205/2018, para captação de 9,750 m³/dia, com validade até 09/11/2021. O consumo médio do empreendimento é de 125 m³/mês.

4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Na fase de instalação do empreendimento foi necessária a intervenção em uma área de 1.700 m² para o corte de 65 indivíduos arbóreos, entre os quais 7 eram mangueiras (*Mangifera indica*). Para o corte das mangueiras foi apresentada anuência emitida pela prefeitura de Ubá, uma vez que a mesma é declarada imune de corte no município. Foi estipulado pelo município como forma de compensação o plantio de 35 mudas de mangueira. Para a área de intervenção de 1.700 m², foi apresentada proposta de compensação na proporção de 3:1 da área total intervinda, com o



plantio de espécies nativas na área de APP do imóvel, a qual se encontrava sem vegetação à época.

Conforme descrito no Parecer Único Nº 370001/2013, referente à Licença de Operação – LO Nº 0701 ZM emitida em 22/04/2013, a referida intervenção foi analisada e deferida no processo de Licença de Instalação.

A área de APP, atualmente, encontra-se revegetada com árvores bem desenvolvidas, como pode ser observado em vistoria. Em relação ao desenvolvimento das mangueiras, houve o replantio de algumas mudas e outras se encontram bem desenvolvidas.

Atualmente, o empreendimento encontra-se com suas instalações físicas consolidadas e as mesmas, como pode ser verificado no levantamento topográfico do empreendimento apresentado nos autos, figura 03 abaixo, não estão intervindo em Área de Preservação Permanente (APP).

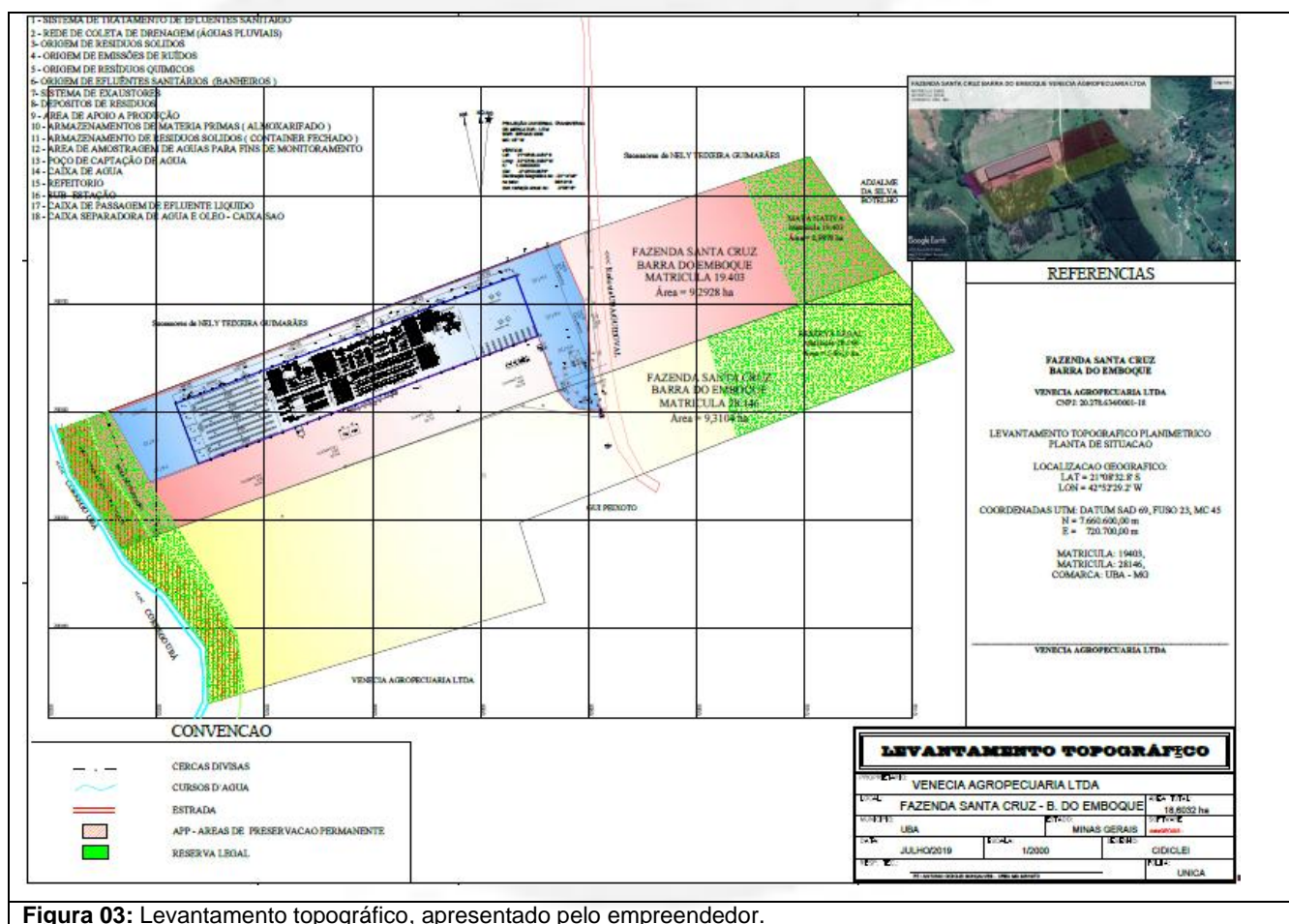


Figura 03: Levantamento topográfico, apresentado pelo empreendedor.

5. Reserva Legal

Conforme figura 03, a área útil do empreendimento compreende as matrículas 19.403 e 28.146, ambas pertencentes a Venécia Agropecuária Ltda; conforme consta no contrato de locação. Foi apresentado CAR (Cadastro Ambiental Rural) com Registro MG-3169901-4229.4886.1772.4A5E.ADF4.9465.E56D.2395 referente a Matrícula Nº 19.403 e MG-3169901-



EE9B.554C.8C10.446E.9305.A903.8C9C.991D Matrícula Nº 28.146. No entanto, conforme descrito no item 2 deste Parecer Único, o imóvel referente à Matrícula Nº 19.403, foi descaracterizado junto ao INCRA no ano de 1998. Portanto, deverá ser requerido o cancelamento do CAR da Matrícula Nº 19.403, de acordo com a Portaria IEF Nº 66/2018, uma vez que conforme descrito no Registro de Imóvel da mesma não se trata mais de um imóvel rural. O empreendedor deverá notificar o proprietário do imóvel para regularizar a situação, uma vez que o imóvel pertence a terceiros, conforme contrato de locação presente nos autos.

Em relação à Matrícula Nº 28.146, consta no CAR área total do imóvel de 9,2908 ha, equivalente a 0,3097 módulos fiscais, com área demarcada de reserva legal de 1,8549 ha. No Registro de Imóvel da Matrícula Nº 28.146, consta averbação de Reserva Legal.

Conforme figura 04, houve intervenção, plantio de eucalipto, em parte da área de Reserva Legal averbada na matrícula Nº 28.146, cuja delimitação consta na figura 03 acima. Conforme constatado através do histórico de imagem do Google Earth, a intervenção teve início no ano de 2012. Conforme R-4-28.146, referente ao Registro de Imóvel da Matrícula Nº 28.146, no referido ano o imóvel era de propriedade da TCIL Móveis Ltda.



Figura 04:Área de Reserva Legal referente a matrícula nº 28146 representada pelo polígono verde, com a respectiva área de intervenção sombreada.

Assim foi lavrado Auto de Infração Nº 212799/2020 em desfavor da TCIL Móveis Ltda, por intervir em área de aproximadamente 0,8 ha de Reserva Legal. O empreendedor deverá notificar o proprietário atual do imóvel para regularizar a situação junto ao órgão responsável.



6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

6.1 Efluentes líquidos:

Os efluentes líquidos gerados são divididos em sanitários e industriais.

6.1.1 Medidas Mitigadoras:

Foi informado no RADA que os efluentes sanitários são direcionados para a estação de tratamento de efluentes sanitários (ETES) e que, após tratamento, o mesmo tem como destino final o Rio Ubá. A limpeza do sistema é realizada por caminhão limpa fossa e o material gerado é destinado a CESAMA - ETE Barbosa Lage, REVLO Nº 0793 ZM de 2014 com validade até 26/11/2022.

As águas de purgas dos compressores são direcionadas para sistema de Caixa Separadora de Água e Óleo (Caixa SAO). O efluente tratado tem como destino final o Rio Ubá.

A empresa deverá executar o programa de automonitoramento dos efluentes líquidos sanitários e industriais de acordo com o Anexo II deste Parecer Único.

6.2 Resíduos sólidos:

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento nos setores de recepção e expedição são basicamente, papel e papelão. Esses são recolhidos e destinados para a empresa J.C Oliveira Pacelli – ME, certificado de LAS/Cadastro nº 27162330/2018 com validade até 10/09/2028.

Na linha produtiva, são gerados resíduos durante a limpeza da câmara de ultravioleta, como tecidos contaminados com solventes e tingidor, EPI contaminado, lixa contaminada e solventes sujos recicláveis.

Esses resíduos são armazenados na área de resíduos perigosos classe I. A empresa Maralpe Ltda – ME, é responsável pela coleta e transporte e reciclagem dos resíduos de solventes sujos. A mesma possui uma LOC Nº 940/2017 com validade até 28/11/2027 para o transporte de resíduos e/ou produtos perigosos e LO Nº 575 ZM prorrogada automaticamente até a conclusão do PA 1491/2004/004/2019, referente ao processo de Renovação da LO Nº 575 ZM. As latas de tintas são enviadas para a empresa J.C Oliveira Pacelli – ME, LAS/Cadastro nº 27162330/2018 com validade até 10/09/2028. Os demais resíduos são transportados pela Maralpe Ltda – ME até a empresa Essencis MG Soluções Ambientais S/A, localizada em Betim, Certificado Nº 184/2019 com validade até 25/11/2020.

Durante o corte, lixação das peças, preparação de fendas e encaixes das chapas, são gerados pó e aparas de madeira. As mesmas são enviadas para a empresa NA Andrade e CIA Ltda, a qual foi apresentada declaração de não passível de licenciamento, cujo número de protocolo de envio ao órgão ambiental é 20377224/2018.



Conforme informado no RADA, as lâmpadas queimadas são destinadas a empresa Aratrends Tecnologia Ltda através do sistema de logística reversa. A empresa possui licença de operação válida até 09/03/2021.

6.2.1 Medidas mitigadoras:

O empreendimento possui depósito temporário de resíduos (DTR) para os resíduos classe I perigosos e classe II não perigosos. Os depósitos apresentam bacia de contenção, piso impermeabilizado e cobertura.

Os resíduos gerados no empreendimento estão sendo monitorados e destinados para as empresas descritas no item 6.2.

A empresa deverá continuar realizando o programa de gerenciamento dos resíduos, conforme descrito no Anexo II deste Parecer Único.

6.3 Emissões Atmosféricas:

As atividades de corte, usinagem e lixação das peças geram materiais particulados. Ressalta-se que todas essas etapas que geram material particulado são realizadas no interior do galpão de produção.

6.3.1 Medidas mitigadoras:

Nas etapas de produção onde são gerados materiais particulados provenientes do corte, furação e lixação da madeira, há sistema de exaustão, o qual recolhe e conduz esses materiais para silos de armazenamento, e posteriormente destinados a NA Andrade e CIA Ltda. Os sistemas dos silos são do tipo contêiner fechado.

6.4 Ruídos:

A principal fonte de ruídos gerado no empreendimento relaciona-se aos maquinários, como serras, lixadeiras e motores elétricos. Logo, os ruídos externos são bastante minimizados em virtude destes equipamentos estarem localizados no interior de galpão fechado.

A empresa realiza o automonitoramento dos ruídos e deverá continuar realizando de acordo com o estabelecido no Anexo II deste Parecer Único.

7. Avaliação do Desempenho Ambiental

7.1. Cumprimento das Condicionantes

A verificação do cumprimento, ou não, por parte da empresa, das condicionantes estabelecidas na Licença de Operação nº 0701 ZM, emitido em 22/04/2013 foi realizada pelo Núcleo



de Controle Ambiental da Zona da Mata – NUCAM/ZM. Foi gerado Formulário de Acompanhamento nº 001/2019, Protocolo SIAM nº 0116380/2019. A seguir está descrita a análise realizada pelo NUCAM/ZM.

Condicionante nº 01 – Executar Programa de Automonitoramento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, conforme definido no Anexo II.

Prazo: Durante a vigência da licença de operação.

Situação: Parcialmente atendida, sendo verificada pendência do envio de um relatório de ensaio (efluente líquido); pendência de informações pertinentes ao parâmetro vazão, na maior parte dos relatórios; intempestividade no envio de relatórios de controle de resíduos sólidos; bem como o lançamento de efluente sanitário, cujos parâmetros apresentaram valores acima das condições e padrões estabelecidos pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERHMG nº 01/2008.

1. Resíduos Sólidos

Resíduos Sólidos e Oleosos:

Enviar semestralmente à SUPRAM – ZM os relatórios de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo, os dados da tabela modelo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição Final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) 1- Reutilização, 2- Reciclagem, 3- Aterro sanitário, 4- Aterro industrial, 5- Incineração, 6- Coprocessamento, 7- Aplicação no solo, 8- Estocagem temporária (informar quantidade estocada), 9 – Outras (especificar)

Os relatórios de controle da geração de resíduos sólidos foram apresentados a SUPRAM, porém, em alguns casos, não foi observado o cumprimento do envio semestral determinado (tabela 01), sendo verificado que o primeiro relatório apresentado (14/02/2014), ficou pendente de assinatura do responsável técnico, José Jaime de Almeida Junior.

Tabela 01: Relatórios de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos apresentados a SUPRAM-ZM.

Prazo p/ envio Semestral	Data do envio	N. Protocolo	Período
25/10/2013	-	Intempestivo	-
25/04/2014	14/02/2014	158734/14	Maio a dezembro/2013
25/10/2014	-	Intempestivo	-
25/04/2015	20/01/2015	0054142/15	Janeiro a dezembro/2014
25/10/2015	14/08/2015	0785941/15	Janeiro a junho/2015
25/04/2016	29/01/2016	97468/16	Julho a dezembro /2015
25/10/2016	25/08/2016	0962506/16	Janeiro a junho/2016
25/04/2017	31/01/2017	R0033661/17	Julho a dezembro /2016
25/10/2017	-	Intempestivo	-
25/04/2018	31/01/2018	R0022984/18	Janeiro a dezembro/2017
25/10/2018	-	Intempestivo	-



25/04/2019

21/12/2018

0860878/18

Janeiro a dezembro/2018

Conforme informado nas planilhas de gerenciamento, o transporte e disposição final dos resíduos sólidos ocorreram da seguinte forma:

- O resíduo de serragem foi transportado e destinado para N. A. Andrade para reutilização;
- O papel, papelão e as latas de tintas, foram recolhidos para reciclagem por Antônio Roberto de Almeida e, a partir de 2015, por J.C. Pacelli-ME;
- Os resíduos perigosos (classe 01), tais como lixa, EPI e tecidos contaminados, foram transportados pela Maralpe S.A. e destinado a Essencis Soluções Ambientais S.A., para o coprocessamento. Assim como o Filtro da Cabine, que teve o mesmo destino, apenas no mês de junho de 2018.
- O “solvente sujo reciclável” foi transportado e destinado à Maralpe S.A., para reciclagem e/ou regeneração.
- As lâmpadas UV foram destinadas em fevereiro/2017 e junho/2018, sendo transportado e destinado para a empresa Aratrends Tecnologia Ltda.

Não foi observado nenhuma informação ou documentação referente a destinação do lodo da fossa, sendo recomendável a manutenção periódica com a devida limpeza deste sistema, mantendo-o eficiente no tratamento, comprovando a destinação do resíduo.

Recomenda-se que seja protocolado na SUPRAM, toda a documentação comprobatória dos resíduos que foram destinados (Certificados ou documento similar), emitida pelo receptor destes resíduos, de acordo com as informações descritas nas planilhas apresentadas. Essa recomendação deverá ser mantida para os próximos relatórios de controle de resíduos, a serem apresentados na SUPRAM.

2. Efluentes Líquidos:

Efluentes líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Entrada da Fossa Séptica	Vazão, pH, DQO ₅ , DBO, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, óleos e graxas.	Semestral
Saída do Filtro Anaeróbio	Vazão, pH, DQO ₅ , DBO, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, óleos e graxas.	Semestral

Relatórios: Enviar semestralmente à SUPRAM – Zona da Mata os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratório em conformidade com a DN COPAM nº 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

Em atendimento ao Programa de Automonitoramento da Licença de Operação nº 0701 ZM, o empreendedor protocolou os relatórios das análises de efluentes líquidos sanitários, conforme



relacionando na tabela 02 a seguir:

Tabela 02: Relatórios de automonitoramento de efluentes líquidos apresentados a SUPRAM-ZM.

PERÍODO SEMESTRAL DE AMOSTRAGEM		PROTOCOLO SIAM:		RELATÓRIOS DE ANÁLISES			
Inicial	Final	Data	Número	Data de Coleta	Número do Relatório	Laboratório Responsável	Ocorrências
25/04/13	25/10/13				PENDENTE		PENDENTE
25/10/13	25/04/14	14/02/2014	158797/14	14/11/13	1189-13/11-13	Aqua ambiental	- Apresentação tempestiva. - DBO, DQO acima dos padrões. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/04/14	25/10/14	14/01/2015	32896/15	28/05/14	1118-14/05-14	Aqua ambiental	- Apresentação intempestiva. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/10/14	25/04/15	14/01/2015	32896/15	03/12/14	42859/14 E 42860/14	Hidroquímica	- Apresentação tempestiva. - DBO, DQO acima dos padrões. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/04/15	25/10/15	14/08/2015	0785907/15	07/05/15	1106-15/05-15	Aqua ambiental	- Apresentação tempestiva. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/10/15	25/04/16	29/01/2016	97516/16	17/11/15	1049/15	ANALAG	- Apresentação tempestiva. - DBO, DQO acima dos padrões. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/04/16	25/10/16	25/08/2016	0962472	31/05/16	0807/16	ANALAG	- Apresentação tempestiva.
25/10/16	25/04/17	31/01/2017	R0033622/17	30/11/16	1906/16	ANALAG	- Apresentação tempestiva. - Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.
25/04/17	25/10/17	31/01/2018	R0023005/18	19/06/17	1030/17	ANALAG	- Apresentação intempestiva.
25/10/17	25/04/18	31/01/2018	R0023005/18	16/11/17	2123/17	ANALAG	- Apresentação tempestiva.
25/04/18	25/10/18	21/12/2018	0860978/18	30/04/18	0666/18	ANALAG	- Apresentação intempestiva.
25/10/18	25/04/19	21/12/2018	0860978/18	23/11/18	04412118-REV00	ANALAG	- Não apresentou parâmetro "vazão" junto ao relatório.

Segundo a tabela 02 acima, é possível observar que:

- Quanto à frequência, nota-se que na maioria dos relatórios apresentados, as coletas das amostragens ocorreram num intervalo de seis a sete meses entre eles.
- Quanto ao prazo de envio do relatório a SUPRAM, foram apresentados relatórios intempestivos, restando pendente a amostragem do primeiro semestre, após publicação da licença.
- Também foi verificada pendência de informações sobre o parâmetro "vazão", conforme determina a condicionante, na maior parte dos relatórios. Recomenda-se que no monitoramento do parâmetro "vazão", sejam apresentados resultados coerentes com os critérios estabelecidos no Inciso IV, Parágrafo 4º, Art. 29 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERHMG nº 01/2008.
- Dos resultados das amostragens realizadas é verificado que em alguns lançamentos os parâmetros DBO e DQO apresentaram valores acima das condições e padrões estabelecidos pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERHMG nº 01/2008, conforme as ocorrências citadas na tabela acima. Não houve nenhuma justificativa do empreendedor quando as tais ocorrências.
- Todas as demais análises tiveram seus resultados em conformidade com a legislação vigente.
- Ressalta-se que a eficiência de redução do sistema de tratamento é avaliada, inclusive, a média anual, conforme determina a referida Deliberação Normativa.



Quanto a situação dos laboratórios responsáveis pela elaboração e emissão dos Relatórios de Ensaio, no período de 2013 a 2015, verificou-se que o Laboratório de Meio Ambiente Aqua Ambiental foi reconhecido inicialmente pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia -INMETRO, Certificado de Reconhecimento – PRC: 315.01/12, validado até 02/07/14, sendo renovado até 02/07/2016 perante PRC: 315.01/14. Atualmente, este laboratório pertence a Organização EHLO Ambiental, segundo a Lista de Serviços Reconhecidos, cujo Certificado de Reconhecimento passou a ser emitido em nome da referida Organização – PRC: 552.01/17, com validade: 30/08/2019. O Centro de Biologia Experimental Oceanus LTDA. – EPP (Laboratório Oceanus – Hidroquímica), segundo consulta ao Inmetro, possui a Acreditação CRL nº 0306 vigente, reconhecido inicialmente em 23/06/2008. O laboratório ANALAG Analag Consultoria e Serviços possui Certificado - Processo nº 457.01/18, cujo reconhecimento inicial ocorreu em 22/03/2012, e possui validade até 21/03/2020. Salientamos que, desde 27 de outubro de 2017, os ensaios laboratoriais deverão ser consonantes com a Deliberação Normativa COPAM nº 216/2017.

Condicionante nº 02 – *Apresentar nome, endereço e comprovação de aceite de todas as empresas receptoras dos resíduos gerados pelo empreendimento, bem como a comprovação da Regularização Ambiental destas empresas.*

Prazo: 60 dias após a concessão da Licença.

Situação: Atendida, posterior ao prazo.

A licença Ambiental foi concedida, conforme LO 0701 ZM, em 22/04/2013, sendo publicada em 25/04/2013.

O empreendedor apresentou a documentação em 19/07/2013, sob protocolo nº 1497734/13, portanto, intempestivamente.

Foram apresentados os seguintes documentos:

- AAF nº 00600/2012 e Declaração de aceite da empresa Antônio Roberto de Almeida;
- AAF nº 03625 e Declaração de aceite da empresa N.A. Andrade e Cia Ltda;
- AAF nº 00653/2010 da ETE Safira/João XXIII;
- Declaração nº 524042/2010 e Declaração de aceite Tharcio do Carmo Nunes da Silva;
- Certificado LO nº 048/2013 e Declaração da Essencis Soluções Ambientais S/A.

Nota-se, de acordo com os relatórios de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos apresentados, que no primeiro período de destinação dos resíduos gerados (maio a dezembro/2013), os mesmos foram encaminhados apenas para as empresas Antônio Roberto de Almeida e N.A. Andrade.

Em 23/04/2015 (protocolo nº 384104/15) foi apresentado a AAF nº 00486/2014 e a Declaração do empreendimento J.C. Oliveira Pacelli, declarando recebimento de resíduos recicláveis.

Também, ao final do processo de renovação da licença (PA nº 12116/2005/006/2018), o



empreendedor anexa cópia dos seguintes documentos:

- *Certificados LO nº 575 ZM e LOC nº 940 da empresa Maralpe Ltda;*
- *Licença de Operação do empreendimento Aratrends Tecnologia Ltda;*
- *Certificado LAS CADASTRO nº 27162330/2018 da J.C Oliveira Pacelli;*
- *Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento N.A. Andrade & CIA Ltda e Tharcio do Carmo Nunes da Silva.*

Condicionante nº 03 – *Apresentar licença ambiental dos fornecedores de matéria prima.*

Prazo: 60 dias após a concessão da Licença.

Situação: *Atendida, posterior ao prazo.*

A licença Ambiental foi concedida, conforme LO 0701 ZM, em 22/04/2013, sendo publicada em 25/04/2013.

O empreendedor apresentou a documentação em 15/07/2013, sob protocolo nº 1305859/13, portanto, intempestivamente.

Foram apresentadas cópia das licenças ambientais dos empreendimentos: Duratex S.A; Wernwck S A Paineis e Serrados; Rochesa S A; Luiz Carlos Maruzi; Renner Sayerlack S A; MinasKraft Industria de Embalagens Ltda.

Condicionante nº 04 – *Apresentar o AVCB emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais referente ao projeto de prevenção e combate a incêndio. (Condicionante alterada na 97ª Reunião Ordinária da URC).*

Prazo: 30 dias após a emissão do AVCB

Situação: *Não foi possível verificar*

Apenas junto ao Relatório de Cumprimento das Condicionantes, anexado ao processo de renovação nº 12116/2005/006/2018 (Pagina 161 dos autos), o empreendedor informa que “o pedido do AVCB foi protocolado no Corpo de Bombeiros conforme protocolo nº 047/2012 de 23/12/2012, estando o mesmo em análise por parte do Corpo de Bombeiros”. Sendo assim, não foi possível verificar o cumprimento desta condicionante, conforme prazo determinado.

Condicionante nº 05 – *Manter no empreendimento o certificado do Instituto Estadual de Florestas – IEF referente ao consumo de produtos de origem florestais.*

Prazo: *Durante a vigência da licença*

Situação: *Verificação in loco*

A constatação do cumprimento desta condicionante será possível por meio de fiscalização ao empreendimento, porém, junto aos autos do processo administrativo, verificou-se que foi protocolado



em 28/06/2013 (protocolo nº 1305859/13) o Certificado de Registro do IEF nº 266948, Categoria 06.06, referente ao exercício 2013, com validade até 31/01/2014.

Em consulta ao setor de Cadastro e Registro do IEF foi informado, que no período de 2014 a 2017, o empreendedor efetuou as quitações dos DAE – Documentos de Arrecadação Estadual, correspondentes, dentro do prazo. Informam que a renovação de 2018 não foi possível verificar por ter sido emitida no site da Secretaria Estadual da Fazenda. O setor NUCAR do IEF recomenda que o empreendedor envie a taxa e o comprovante para análise e cadastro (via e-mail) no sistema IEF.

Condicionante nº 06 – Apresentar relatórios descritivo e fotográfico consolidado do cumprimento de condicionantes.

Prazo: Anualmente

Situação: Parcialmente atendida

Junto aos anexos do RADA, formalizado em 20/12/2018, o empreendedor apresenta um Relatório de Cumprimento das Condicionantes (páginas 157 a 165 dos autos do PA 12116/2005/006/2018), informado os protocolos efetuados na SUPRAM e justificando, quando cabível, cada condicionante. Para essa condicionante nº 06 foi informado que o cumprimento ocorreu perante os documentos protocolados em 27/02/2014 e 10/06/2015, cujos protocolos são nº 217945/14 e 552248/15, respectivamente, como também em 30/04/2014 (protocolo nº 456708/14) do qual não foi citado pelo empreendedor, restando pendente a apresentação anual dos relatórios referentes a 2016 e 2017.

Recomenda-se que os relatórios descritivos anuais de cumprimento de condicionantes devam ser devidamente apresentados, tal como o último relatório 2018, incluindo, em anexo, cópia de todos documentos ora protocolados (via CD), bem como as justificativas do cumprimento ou não do solicitado nas condicionantes, incluindo prazos e análises conclusivas dos resultados dos automonitoramentos.

Condicionante nº 07 – Revegetar o talude existente na área do empreendimento e apresentar relatório semestral de atividades. (Condicionante alterada na 97ª Reunião Ordinária da URC).

Prazo: 360 dias após a concessão da licença

Situação: Atendida

O cumprimento desta condicionante ocorreu conjuntamente com a condicionante nº 09, tendo seu primeiro relatório semestral apresentado em 05/12/2013 (protocolo nº 2126696/13), aproximadamente, 240 dias após a concessão da licença.

Após este período foi encaminhado, no período semestral, os relatórios das atividades, conforme solicitado, cuja data e o protocolo estão expostos na tabela 03 inserida abaixo.

Ressalta-se que, segundo a Instrução de Serviço nº 04/2017: “para automonitoramentos que independem de padrões estabelecidos em regulamentos, cabe ao NUCAM acompanhar o cumprimento dos critérios e condições estabelecidos na licença ambiental; e às equipes da SUPPRI e da SUPRAM



analisar os dados obtidos, quando da renovação da Licença de Operação”. Sendo assim, a avaliação do mérito da condicionante deverá ser executada pela unidade responsável.

Condicionante nº 08 – Apresentar e executar projeto de cortina arbórea. (Condicionante inserida na 97ª Reunião Ordinária da URC).

Prazo: Durante a vigência da LO

Situação: Descumprida

Não foi observado nenhum documento anexo ao processo, relativo a apresentação do projeto da cortina arbórea, nem da execução das atividades.

Apenas junto ao Relatório de Cumprimento de Condicionante (pagina 163 dos autos do PA 12116/2005/006/2018) foi informado pelo empreendedor que: “Não foi implantada a cortina arbórea devido a Prefeitura Municipal de Ubá, até a presente data, não ter executado obra de adequação da via pública de acesso, o que mudaria a configuração atual desta via e as mudas que seriam plantadas para tal finalidade, provavelmente teriam que ser cortadas”.

Nota-se que o empreendedor justifica perante a “não implantação do projeto”, porém, no período de vigência da licença, não foi apresentado o projeto da cortina arbórea, conforme condicionado.

Condicionante nº 09 – Apresentar relatório fotográfico semestral da recuperação da área de preservação permanente APP implantadas com espécies nativas de acordo com o PTRF e do desenvolvimento de 35 mudas de manga Ubá, conforme anuência da Prefeitura Municipal de Ubá. (Condicionante inserida na 97ª Reunião Ordinária da URC).

Prazo: Durante a vigência da LO

Situação: Atendida

A referida condicionante foi prevista, inicialmente, junto ao Parecer Único nº 624516/2010 (condicionante nº 09), na Licença de Instalação nº 0454 ZM (PA nº 12116/2005/003/2010), sendo iniciado a execução do PTRF, em 2011, para a reposição florestal na APP, a recuperação do talude e o plantio de mudas de manga.

Os Relatórios fotográficos encaminhados a SUPRAM em cumprimento a condicionante 09 da Licença de Operação nº 0701 ZM, foram apresentadas conforme relacionado na tabela 03 a seguir.

Tabela 03: Relatórios de atividades da recuperação da área de preservação permanente APP.

CAMPANHA/PERÍODO	PROTOCOLO SIAM:		SITUAÇÃO
	Data	Número	
25/04/2013 A 25/10/2013	N/A	N/A	Justificado
01ª - 25/10/2013 A 25/04/2014	05/12/2013	2126696/13	Tempestivo
02ª - 25/04/2014 A 25/10/2014	30/04/2014	0456708/14	Tempestivo
03ª - 25/10/2014 A 25/04/2015	14/01/2015	0032844/15	Tempestivo



04ª - 25/04/2015 A 25/10/2015	10/06/2015	0552248/15	Tempestivo
05ª - 25/10/2015 A 25/04/2016	18/12/2015 29/01/216	1229464/15 0097432/15	Tempestivo
06ª - 25/04/2016 A 25/10/2016	25/08/2016	0962383/16	Tempestivo
07ª - 25/10/2016 A 25/04/2017	19/12/2016	1434619/16	Tempestivo
08ª - 25/04/2017 A 24/10/2017	19/06/2017	R0164940/17	Tempestivo
09ª - 24/10/2017 A 25/04/2018	30/11/2017	R0301767/17	Tempestivo
10ª - 25/04/2018 A 25/10/2018	18/05/2018	R0093421/18	Tempestivo
11ª - 25/10/2018 A 25/04/2019	04/12/2018	0818151/18	Tempestivo

Os relatórios referentes a recomposição de taludes e de revegetação da área de preservação permanente foram todos apresentados em um único documento, exceto na quinta campanha, em 29/01/2016 (protocolo nº 97432/15), que foi elaborado um relatório técnico exclusivo ao acompanhamento do plantio das mudas de manga na APP.

Os responsáveis técnicos pela elaboração de todos os relatórios são: Henrique Casella (Técnico Agrícola) CREA 19005/TD, e Romulo machado (Engenheiro Florestal) CREA 11.581/D. Foram apresentadas todas as ART pertinentes.

O primeiro protocolo de atendimento ao prazo não foi cumprido dentro do período semestral determinado, especificamente na condicionante nº 09, porém o empreendedor justifica o “atraso por motivos técnicos, ou seja, avaliação da situação do local e da necessidade de reposição de mudas, aquisição de sementes e mudas, e também aguardando o início do período de chuvas”.

Foram apresentados 11 (onze) relatórios no período avaliado. Nestes, foram inseridos um acervo fotográfico e descritivo cronológico, demonstrando o desenvolvimento comparativo da recuperação da APP e do talude; do plantio das mangas, além do cronograma de atividades de monitoramento, considerações e recomendações técnicas para cada período de implantação.

No 11º Relatório de Atividades desenvolvidas (protocolo nº 0818151/18), além das imagens comparativas anuais anexadas, os responsáveis técnicos descrevem que:

“Passados mais de sete anos do início dos trabalhos de implantação do PTRF, com recuperação e revegetação do talude de aterro formado e também do plantio de 35 mudas de Manga-ubá, pode-se concluir que:

- Com relação ao talude de aterro, o mesmo encontra-se plenamente estabilizado tanto físico quanto vegetacionalmente, sendo necessários apenas monitoramentos periódicos no período chuvoso, para possíveis detecções de erosões laminares, principalmente na área da crista.
- A implantação do PTRF, com o plantio de essências florestais, passados sete anos, pode-se afirmar que o êxito foi bastante satisfatório, pois as mudas, encontram-se em excelente estado fitossanitário, e em pleno desenvolvimento. Presença de uma camada de serrapilheira, o que confere maior umidade ao solo, com propensão a ciclagem de nutrientes.
- Com relação ao plantio de 35 mudas de Manga Ubá, foram inventariadas no mês de novembro de 2018, 33 indivíduos pertencentes a essa espécie se desenvolvendo na área onde foi realizado o PTRF,



onde 22 apresentam bom desenvolvimento e as outras 11, não estão se desenvolvendo conforme as características da espécie, necessitando de adubação e coroamento, ou seja, que sejam realizadas as recomendações constantes no presente relatório, de forma integral”.

Sendo assim, baseado no exposto, deverá o empreendedor executar as recomendações sinalizadas pelos técnicos responsáveis, como também comprovar as atividades desenvolvidas a SUPRAM.

É valido ressaltar que, conforme Instrução de Serviço nº 04/2017, “... automonitoramentos que independem de padrões estabelecidos em regulamentos;... cabe ao NUCAM acompanhar o cumprimento dos critérios e condições de automonitoramento estabelecidos na licença ambiental; e às equipes da SUPPRI e da SUPRAM analisar os dados obtidos, quando da renovação da Licença de Operação”.

Condicionante nº 10 – Realizar medições de ruídos no entorno do empreendimento, a fim de verificar o nível de ruído gerado pelo empreendimento está em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA 01/90, NBR 10.151 e normas técnicas ambientais vinculadas, ou normas mais benéficas ao meio ambiente, caso seja editada. (Condicionante inserida na 97ª Reunião Ordinária da URC).

Prazo: Anualmente, Durante a vigência da licença

Situação: Atendida, com emissão sonora acima do limite permitido, concluída pelo laboratório responsável pelas medições, segundo a norma pertinente.

As avaliações relativas as medições de ruídos no entorno do empreendimento, foram realizadas anualmente, de acordo com o estabelecido na condicionante em questão (tabela 04).

Tabela 04: Relatórios de atividades de medições de ruídos no entorno do empreendimento.

Laudos Ruído	PRAZO DE PROTOCOLO	PROTOCOLO SIAM:		Data das medições	Relatórios de Ensaio Nº
		Número	Data		
1	25/04/2014	2175697/13	18/12/2013	26/11/2013	4052-13/11-1
2	25/04/2015	032863/15	14/01/2015	10 e 11/12/2014	4068-14/12-14
3	25/04/2016	N/A	N/A	16/11/2015	4042-15/11-15
4	25/04/2017	R0033665/17	31/01/2017	12/12/2016	4048-16/12-16
5	25/04/2018	R0022993/18	31/01/2018	27/11/2017	4051-17/11-17
6	25/04/2019	0861021/18	21/12/2018	30/10/2018	4046-18/10-18

Quanto aos resultados obtidos nas medições, foi verificado que:

- O primeiro Relatório de Ensaio nº 4052-13/11-13, informa que “foi adotado as determinações contidas na lei 10.100/90 e nas Normas NBR 10151”; e que “no presente trabalho o Nível de Critério de Avaliação para “**áreas predominante industrial**” considerando período diurno: 70 dB (A) e período noturno: 60 dB (A)”. Apresentam a tabela de resultados avaliados no período diurno, concluindo que “os níveis sonoros avaliados – níveis Corrigidos Lc na área industrial estão em conformidade com os Níveis Critério da Avaliação NCA da lei 10.100/90”. Desta mesma



forma, foi considerado o enquadramento do NCA -Áreas Predominantemente Industrial – para os Relatórios de Ensaio cujas medições ocorreram em 16/11/2015 (relatório nº 4042/15-11-15); 12/12/2016 (Relatório nº 4048-16/12-16) e em 30/10/2018 (Relatório nº 4046-18/10-18).

- O Relatório de Ensaio nº 4042/15-11-15, referente ao ano de 2015, não foi encontrado junto aos autos do processo em pauta, no entanto, o mesmo foi apresentado anexo ao RADA, junto ao Processo Administrativo de revalidação nº 12116/2005/006/2018.*
- Nos Relatórios de Ensaio nº 4068-14/12-14 e relatório nº 4051-17/11-17, observa-se que foi considerado o NCA para “**área predominantemente rural**”, cujos limites de emissão para o turno diurno são 40 dB (A) e noturno 35 dB (A). As medições apresentadas no Relatórios de Ensaio nº 4068-14/12-14, foram efetuadas em dois dias, sendo em 10/12/14 no período noturno, e em 11/12/14 no período diurno. Informam, na conclusão do referido relatório que, “os níveis sonoros avaliados na área rural estão em conformidade com os critérios definidos na Lei Estadual nº 7302/78, exceto no período DIURNO”. No Relatório nº 4051-17/11-17, cuja medição ocorreu em um só dia, 27/11/2017, no período noturno e diurno, concluem que todos os pontos foram considerados abaixo do limite de emissão permitido.*

Todos Relatórios de Ruído foram elaborados pelo Laboratório Aqua Ambiental, apresentando em seus anexos os seguintes documentos: Planilha de Campo, Certificados de Calibração dos equipamentos, Declaração de Não passível e outros.

Recomenda-se que o Nível de Critério de Avaliação seja compatível com as características do entorno da área aonde o empreendimento encontra-se implantado e, em caso de alterações, o empreendedor e/ou laboratório responsável deverá apresentar as justificativas pertinentes, prevendo o menor impacto ao meio ambiente externo.

CONCLUSÃO

Com base nas informações acerca do cumprimento das condicionantes da Revalidação da Licença de Operação Corretiva nº 0701 ZM acima descritas, verifica-se que as condicionantes nº 01 e 06 foram parcialmente atendidas, as condicionantes nº 02 e 03 foram atendidas intempestivamente; a condicionante nº 08 foi descumprida e, a condicionante nº 10 foi atendida, porém foi verificada emissão de ruído acima do limite permitido pelas normas, conforme Relatórios de Ensaio nº 4068-14/12-14.

Foi informado pelo empreendedor, perante o Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE eletrônico, apresentado junto ao processo de revalidação da licença (PA nº 12116/2005/006/2018), que a classe do empreendimento, baseado na DN nº 217/2017, passou a ser “Classe 4”, cujo o enquadramento da atividade manteve-se em “Porte Grande”, com base no parâmetro informado de um volume anual de 50.000 m³ de madeira e painéis.



Sendo assim, baseado nas orientações jurídicas pertinentes, bem como na Instrução de Serviço SISEMA nº 04/2017, foi lavrado o Auto de Infração nº 127910/2019 (Auto de Fiscalização nº 99977/2019), cujo enquadramento se fez perante Decreto nº 44.844/2008, código 122, do anexo I, do Art. 83, “por atender parcialmente a condicionante 01 e 06, sendo constatado lançamento de efluente líquido em desacordo com os padrões e condições estabelecidas pela DN conjunto COPAM/CERHMG 01/2018; por atender intempestivamente as condicionantes 02 e 03; por descumprir a condicionante 08; e por atender a condicionante nº 10, porém com emissão sonora acima do limite permitido, baseado na legislação”.

Também foi lavrado o Auto de Infração nº 127911/2019, baseado no mesmo Auto de Fiscalização nº 99977/2019, cujo enquadramento se fez perante Decreto nº 47.383 de 02/03/2018, código 106, do anexo I, do Art. 112, incluindo a redação do Decreto nº 47.474, de 22/08/2018, “por apresentar relatório fora do prazo de controle de resíduos sólidos (1º semestre/2018), como também de efluente sanitário (incompleto), na vigência do Decreto nº 47.383/2018.

Ainda conforme Instrução de Serviço SISEMA 04/2017, não foi aplicado o embargo no sistema de tratamento, tendo em vista que nas análises subsequentes ao fato ocorrido apresentaram resultados dentro dos padrões, demonstrando, portanto, eficiência na continuidade do tratamento.

É o que temos a considerar.

Conforme conclusão do Formulário de Acompanhamento nº 001/2019 emitido pelo NUCAM / ZM, foi lavrado o Auto de Infração nº 127910/2019, cujo enquadramento se fez perante Decreto nº 44.844/2008, código 122, do anexo I, do Art. 83 e também foi lavrado o Auto de Infração nº 127911/2019, cujo enquadramento se fez perante Decreto nº 47.383 de 02/03/2018, código 106, do anexo I, do Art. 112.

7.2. Documentos Protocolados, relativos ao cumprimento das condicionantes, após a avaliação do NUCAM

Após a avaliação realizada pelo NUCAM o empreendedor realizou os seguintes protocolos relativos ao cumprimento das condicionantes sendo eles:

Protocolo	Data	Itens protocolados
0276632/2019	13/05/2019	Relatório referente às condicionantes 07 e 09.
0301207/2019	23/05/2019	Análise de efluentes líquidos. Data da coleta 22/04/2019. Relatório de Ensaio Nº 049052019-REV00
0428904/2019	17/07/2019	Planilha de resíduos de janeiro a junho/2019.



0754605/2019	02/12/2019	Análise de efluentes líquidos. Data da coleta 24/10/2019. Relatório de Ensaio Nº 03711219-REV00
0754533/2019	02/12/2019	Análise de ruídos. Relatório emitido em outubro 2019. Relatório de Ensaio Nº 4045-19/10-19 S1-R1
0754573/2019	02/12/2019	Relatório referente às condicionantes 06, 07 e 09.
0015275/2020	15/01/2020	Planilha de resíduos de julho a dezembro/2020.
0087613/2020	27/02/2020	Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR) - Segundo Semestre de 2019.

7.2. Avaliação dos Sistemas de Controles Ambientais

Para mitigação da emissão de efluentes líquidos, o empreendimento conta com sistema de tratamento de efluentes sanitários. Nas análises apresentadas, tendo como base os padrões estabelecidos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 01/2008, o sistema controle mostrou-se eficiente para os parâmetros analisados. Dos 11 resultados de ensaios analisados pelo NUCAM, 3 apresentaram os parâmetros DBO e DQO fora dos limites estabelecidos na referida DN,. Os dois relatórios de ensaios apresentados após a análise do NUCAM, apresentaram os parâmetros analisados dentro dos padrões.

O desempenho ambiental no que tange aos efluentes líquidos pode ser considerado satisfatório.

O empreendimento possui Depósito Temporário de Resíduos Sólidos (DTR), e o mesmo possui cobertura, piso impermeabilizado e bacia de contenção. De acordo com o item 1 da condicionante 1 acima, a empresa mantém o controle da geração e destinação dos resíduos gerados.

De modo a controlar as emissões atmosféricas, o empreendimento conta com sistema de coleta do material particulado nos equipamentos de corte, furação, e demais trabalhos na madeira que geram esses resíduos. O material é coletado através de tubos acoplados no sistema de exaustão que conduz o mesmo até o silo de armazenamento.

Com base no exposto acima, considera-se que o desempenho ambiental do empreendimento foi satisfatório durante a vigência da licença, fazendo jus ao deferimento de sua renovação.

8. Controle Processual

8.1. Relatório – análise documental

A fim de resguardar a legalidade do processo administrativo consta nos autos a análise de documentos atestando que a formalização do Processo Administrativo nº12116/2005/006/2018 ocorreu em concordância com as exigências constantes do Formulário de Orientação Básica, e as complementações decorrentes da referida análise em controle processual, conforme documento SIAM, com lastro no qual avançamos à análise do procedimento a ser seguido em conformidade com a legislação vigente.



8.2. Análise procedimental – formalização, análise e competência decisória

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 preceitua que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como um dos instrumentos para concretizar o comando constitucional a Lei Federal n.º 6.938/1981 previu, em seu artigo 9º, IV, o licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, e estabeleceu, em seu artigo 10, obrigatoriedade do prévio licenciamento ambiental à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

A Lei Estadual nº 21.972/2016, em seu artigo 16, condiciona a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ao prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento.

No que tange a formalização do processo de licenciamento ambiental segue o rito estabelecido pelo artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237/1997, iniciando-se com a definição pelo órgão ambiental, mediante caracterização do empreendimento por seu responsável legal, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo correspondente.

O artigo 18 da Resolução CONAMA n.º 237/1997, ao tratar dos prazos de validade das licenças ambientais, previu a renovação para a fase de operação dos empreendimentos, e, neste caso, estabeleceu ao órgão competente a prerrogativa quanto à flexibilidade de vigência do novo ato, conforme desempenho ambiental do empreendimento.

As regras do procedimento de renovação das licenças ambientais de operação no Estado de Minas Gerais estão estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.383/2018 (art. 37) e a Deliberação Normativa COPAM nº 217 prevê que o Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental – RADA, instruirá este tipo de processo; neste sentido, o relatório dos autos revela a instrução em conformidade com a norma.

Necessário ressaltar que a norma estabelece, em regra, que a formalização deverá ocorrer com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de expiração do prazo de validade da licença.

Em análise do que consta do FOB e das informações complementares solicitadas e prestadas, tal como consta no presente parecer único, verificou-se a completude instrutória, mediante apresentação dos documentos e estudos cabíveis, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Quanto ao cabimento do AVCB, a matéria disciplinada pela Lei Estadual n.º 14.130/2001, regulamentada atualmente pelo Decreto Estadual n.º 44.746/2008, descabendo ao SISEMA a definição de seus limites ou a fiscalização quanto ao seu cumprimento. Ao SISEMA, à exceção da instrução do processo de LO para postos de combustíveis, a teor do disposto no artigo 7º da Resolução CONAMA nº 273/2000, caberá exercer as atividades de fiscalização dos empreendimentos de acordo com sua competência estabelecida na legislação em vigor.



Ainda, no âmbito do licenciamento ambiental, o CONAMA, nos termos do artigo 5º, II, c, da Resolução nº 273/2000, estabeleceu o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) como elemento de instrução do processo administrativo para obtenção de LO apenas para as atividades de postos de combustíveis. Não obstante o empreendimento não possuir este tipo de estrutura o empreendimento procedeu o requerimento junto ao corpo de bombeiros.

Considerando a suficiente instrução do processo, e que os documentos foram apresentados em conformidade com a Resolução SEMAD nº 891/2009; e considerando a inexistência de impedimentos, dentre aqueles estabelecidos pela Resolução SEMAD nº 412/2005, recomenda-se encaminhamento para decisão no mérito do pedido. Os custos de análise foram integralmente quitados, sendo esta condição requisito para a formalização do processo.

Noutro giro, conforme previsto no artigo 8º, XIV, da Lei Complementar n.º 140/2011, inclui-se dentre as ações administrativas atribuídas ao Estado o licenciamento ambiental da atividade desenvolvida pelo empreendimento.

Quanto à competência para deliberação, esta deve ser aferida pela alteração normativa promovida pela Lei Estadual nº 21.972/2016, fazendo-se necessário verificar o enquadramento da atividade no que tange ao seu porte e ao potencial poluidor.

Considerando que o empreendimento é de grande porte e de grande potencial poluidor/degradador, no que se refere à atividade principal (código 01-02-3 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017), tem-se seu enquadramento na classe 4 (quatro - porte grande), o que conduz a competência para decisão à CID/COPAM, nos termos do art. 3º, III, b c/c art. 14, IV, b, do Decreto Estadual nº 46.953/2016.

Nessa hipótese, aplica-se ainda o disposto no artigo 14, § 1º, II da referida norma, que assim dispõe:

“Art. 14 – A CIM, a CID, a CAP, a CIF e a CIE têm as seguintes competências:

[...]

§ 1º – As respectivas áreas de competência para deliberação sobre processo de licenciamento ambiental pelas câmaras técnicas especializadas são:

[...]

II – Câmara de Atividades Industriais – CID: atividades industriais, de serviços e comércio atacadista, exceto serviços de segurança, comunitários e sociais, atividades não industriais relacionadas à sua operação e demais atividades correlatas;

[...]”

Nesse sentido, atribui-se à Câmara Técnica Especializada de Atividades Industriais do COPAM a competência para decisão sobre o pedido de Licença de renovação. A referida Câmara foi criada, conforme as Deliberações COPAM nº 855/2016, encontrando-se constituída pela DELIBERAÇÃO COPAM nº 992, de 16 de dezembro de 2016.



Assim, concluída a análise, deverá o processo ser incluído em pauta para julgamento pela Câmara Técnica Especializada em Atividades Industriais – CID do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.

8.3 Viabilidade jurídica do pedido

8.3.1 Da Política Florestal (agenda verde)

O empreendimento encontra-se instalado em imóvel rural do Município de Ubá/MG, conforme consta da certidão de registro de imóvel anexada aos autos, matrículas nº 19.403 e 28.146, ambas pertencentes a Venécia Agropecuária Ltda; conforme consta no contrato de locação. Foi apresentado CAR (Cadastro Ambiental Rural) com Registro MG-3169901-4229.4886.1772.4A5E.ADF4.9465.E56D.2395 referente a Matrícula Nº 19.403 e MG-3169901-EE9B.554C.8C10.446E.9305.A903.8C9C.991D Matrícula Nº 28.146. No entanto, conforme descrito no item 2, o imóvel referente a Matrícula Nº 19.403 deixou de ser imóvel rural passando a ocupar zona de expansão urbana; devendo assim ser cancelado o CAR, sem prejuízo da área de vegetação existente.

Conforme constou dos autos, e observando as coordenadas geográficas de ponto de amarração do empreendimento, este não se localiza em Zona de Amortecimento ou Unidade de Conservação, dentre aquelas definidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 e pela Lei Estadual nº 20.922/2013.

Lado outro, ainda com referência à política florestal vigente, e conforme consta dos estudos ambientais apresentados em informação complementar, bem assim dos dados coletados em vistoria, foi verificada a ocorrência de plantio de eucalipto, em parte da área de Reserva Legal averbada na matrícula Nº 28.146. Conforme constatado através do histórico de imagem do Google Earth a intervenção teve início no ano de 2012. Conforme R-4-28.146, referente ao Registro de Imóvel da Matrícula Nº 28.146, no referido ano o imóvel era de propriedade da TCIL Móveis Ltda.

Assim, foi lavrado Auto de Infração nº 212799/2020 em desfavor da TCIL Móveis Ltda, por intervir em área de aproximadamente 0,8 ha de Reserva Legal. O empreendedor deverá notificar o proprietário atual do imóvel para regularizar a situação junto ao órgão responsável.

8.3,1 Da Política de Recursos Hídricos (agenda azul)

A água utilizada pelo empreendimento encontra-se regularizada pela Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 90290/2018. Dessa forma, o uso de recurso do empreendimento encontra-se em consonância com o uso de recursos hídricos.

8.3.1. Da Política do Meio Ambiente (agenda marrom)

Considerando o desempenho ambiental do empreendimento; e considerando a observância da legislação ambiental vigente, vinculada ao cumprimento das condicionantes sugeridas no anexo I, atestamos a viabilidade jurídica do pedido.



No que se refere ao prazo de validade desta nova licença, verifica-se, até a presente data, a inexistência de auto de infração com decisão definitiva em desfavor do empreendimento (devendo-se frisar que as condutas irregulares, constatadas ao longo da vigência da licença, foram objeto de autuação, conforme abordado nos itens acima). Nesse cenário, aplicando-se o disposto no art. 37, § 2º c/c art. 15, IV do Decreto 47.383/2018, a licença deverá ter seu prazo fixado em 10 (dez) anos.

9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da SUPRAM-ZM sugere o deferimento desta licença na fase de Renovação, para o empreendimento TCIL Móveis Ltda. para a atividade de “Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz”, no município de Ubá /MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram- ZM, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.



ANEXO I

Condicionantes para LAC1 – Renovação da TCIL Móveis Ltda

Empreendedor: TCIL Móveis Ltda Empreendimento: TCIL Móveis Ltda CNPJ: 38.542.932/0002-10 Município: Ubá Atividade: Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz Código DN 217/2017: B-10-02-2 Processo: 12116/2005/006/2018 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar, por meio de protocolo na SUPRAM ZM, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.	Até 30 dias após a obtenção do AVCB.
03	Comunicar ao atual proprietário do imóvel de matrícula nº 28146 para que providencie a regularização da intervenção ocorrida em parte da Reserva Legal da respectiva matrícula. Apresentar comprovação de que houve a comunicação ao proprietário.	Até 60 dias
04	Comunicar ao proprietário do imóvel de matrícula nº 19.403 para que providencie o cancelamento do CAR da respectiva matrícula, conforme Portaria IEF Nº 66/2018, uma vez que o imóvel foi descaracterizado junto ao INCRA como imóvel rural anteriormente ao cadastro no CAR, conforme consta no registro de imóvel. Apresentar comprovação de que houve a comunicação ao proprietário.	Até 60 dias
05	Apresentar relatório consolidado de atendimento das condicionantes apostas neste parecer único, relatando as ações empreendidas no cumprimento de cada condicionante, acompanhadas, quando possível, de documentação fotográfica em um único documento.	Anual, no mês de junho, a partir de 2021.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da LAC1 - Renovação da TCIL Móveis Ltda

Empreendedor: TCIL Móveis Ltda
Empreendimento: TCIL Móveis Ltda
CNPJ: 38.542.932/0002-10
Município: Ubá
Atividade: Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz
Código DN 217/2017: B-10-02-2
Processo: 12116/2005/006/2018
Validade: 10 anos

1. A - Efluentes Líquidos Sanitários

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Efluente bruto: entrada da ETE*	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, DBO ₅ , DQO, óleos e graxas, substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno	Bimestral
Efluente tratado: saída da ETE*	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, DBO ₅ , DQO, óleos e graxas, substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno	

*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada da ETE (efluente bruto); Saída da ETE (efluente tratado)

Relatórios: Enviar a SUPRAM ZM, anualmente, juntamente com o relatório consolidado do item 05 das condicionantes deste Parecer Único, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



1 B - Efluentes Líquidos Industriais

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Efluente bruto: entrada da Caixa SAO	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, DBO ₅ óleos e graxas e DQO	Bimestral
Efluente tratado: saída da Caixa SAO	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, DBO ₅ óleos e graxas e DQO	

*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada da Caixa SAO (efluente bruto); Saída da Caixa SAO (efluente tratado)

Relatórios: Enviar a SUPRAM ZM, anualmente, juntamente com o relatório consolidado do item 05 das condicionantes deste Parecer Único, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG



Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTA DOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denomina ção e código da lista IN IBAMA 13/2012	Orige m	Class e	Taxa de geraçã o (kg/mê s)	Razã o social	Endereç o complet o	Tecnologi a (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantid ade Destina da	Quantid ade Gerada	Quantid ade Armaze nada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

2 – Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 – Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	Anual



Relatórios: Enviar a SUPRAM-ZM, anualmente, juntamente com o relatório consolidado do item 05 das condicionantes deste Parecer Único, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.



ANEXO III

Relatório Fotográfico da LAC1 – Renovação da TCIL Móveis Ltda

Empreendedor: TCIL Móveis Ltda
Empreendimento: TCIL Móveis Ltda
CNPJ: 38.542.932/0002-10
Município: Ubá
Atividade: Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz
Código DN 217/2017: B-10-02-2
Processo: 12116/2005/006/2018
Validade: 10 anos



Figura 01: Setor de beneficiamento da madeira com respectivos sistemas de controles.



Figura 02: Depósito Temporário de Resíduos (DTR)

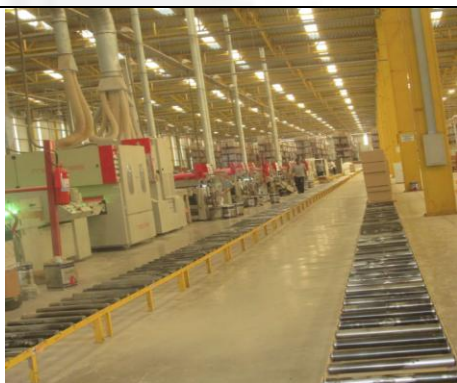


Figura 03: Linha de pintura Ultra Violeta



Figura 04: Depósito de tintas e vernizes



Figura 05: Área de recuperação de APP de curso d'água



Figura 06: Silo de armazenamento do tipo container



Figura 07: Estação de tratamento de efluentes líquidos sanitários (ETES)



Figura 08: Caixa Separadora de Água e Óleo (Caixa SAO)